

Felipe Simão Pontes

Universidade Estadual de
Ponta Grossa

Matheus Lobo Pismel

Universidade Estadual de
Ponta Grossa

A crise de legitimidade dos jornalistas e a economia política: autonomia e heteronomia como chaves explicativas do jornalismo contemporâneo

**The crisis of legitimacy of
journalists and the political
economy: autonomy and
heteronomy as explanatory
keys of contemporary
journalism**

**La crisis de legitimidad de
los periodistas y la economía
política: autonomía y
heteronomía como claves
explicativas del periodismo
contemporáneo**

RESUMO

O objetivo do texto é refletir sobre os atravessamentos da economia e da política no campo jornalístico, especialmente em contexto de instabilidade como o atual, tendo como base a definição de jornalismo como forma social de conhecimento cristalizado no singular, como propõe Genro Filho (2012). O artigo explora os processos e as crises de legitimidade que impactam e são impactados por esse entrelaçamento de campos sociais. Os dois princípios de legitimação, o intelectual e o da economia política, proposto por Champagne (2005) são analisados para refletir sobre o papel da mídia corporativa em tempos de instabilidade sócio-política. Os conceitos de autonomia e legitimidade do jornalismo são tensionados diante do contexto democrático, o que permite entrever caracterizações e perspectivas para o jornalismo contemporâneo e suas crises.

Palavras-chave: Jornalismo. Autonomia. Legitimidade. Crise

ABSTRACT

The objective of the text is to reflect on the crossings of economics and politics in the journalistic field, especially in the context of instability as the current one. It's based on the definition of journalism as form of a social knowledge, as proposed by Genro Filho (2012). The article explores the processes and crises of legitimacy that impact and are impacted by this interweaving of social fields. The two principles of legitimacy, intellectual and political economy, proposed by Champagne (2005) are analyzed to reflect on the role of corporate media in times of socio-political instability. The concepts of autonomy and legitimacy of journalism are strained by the democratic context, which allows glimpsing characterizations and perspectives for contemporary journalism.

Keywords: Journalism. Autonomy. Legitimacy. Crisis.

RESUMEN

El objetivo del texto es reflexionar sobre los atravesamientos de la economía y de la política en el campo periodístico, especialmente en contexto de inestabilidad como el actual, teniendo como base la definición de periodismo como forma social de conocimiento cristalizado en el singular, como propone Genro Filho (2012). El artículo explora los procesos y las crisis de legitimidad que impactan y son impactados por ese entrelazamiento de campos sociales. Los dos principios de legitimación, el intelectual y el de la economía política, propuesto por Champagne (2005), se analizan para reflexionar sobre el papel de los medios corporativos en tiempos de inestabilidad socio-política. Los conceptos de autonomía y legitimidad del periodismo son tensados ante el contexto democrático, lo que permite entrever caracterizaciones y perspectivas para el periodismo contemporáneo.

Palabras-clave: Periodismo. Autonomía. Legitimidad. Crisis.

Submissão: 19-5-2017

Decisão editorial: 27-4-2018

Introdução

O objetivo deste texto é discutir a relação do campo jornalístico com os campos da economia e da política, tendo como base a definição de jornalismo como forma social de conhecimento cristalizado no singular, como propõe Genro Filho (2012). O artigo também explora os processos e as crises de legitimidade, que impactam e são impactadas por esse entrelaçamento de campos sociais (BOURDIEU, 2005; CHAMPAGNE, 2005).

Se, por um lado, a crise das instituições jornalísticas afeta o campo como um todo, também abre brechas e oportunidades para o surgimento de novas iniciativas por fora do *mainstream*. Tanto a crise quanto suas possíveis saídas passam por uma questão central: a legitimidade social, que se acumula, se perde e pode ou não ser recuperada novamente. Com essa perspectiva, a intenção do texto é refletir sobre os atravessamentos da economia e da política no campo jornalístico, especialmente em contexto de instabilidade como o atual.

A legitimação não tem finalidade em si mesma, é um objetivo-meio condicionado por contextos determinados. A legitimidade do jornalismo informativo moderno está assentada na correspondência a ne-

cessidades sociais específicas e a códigos e valores que institucionalizaram a atividade profissionalmente.

As necessidades sociais que favoreceram o surgimento do jornalismo estão relacionadas à crescente universalização das relações sociais e ao desenvolvimento tecnológico no contexto do modo de produção capitalista. Foram mudanças estruturais da sociedade que colocaram a necessidade de uma nova forma de conhecimento da realidade, uma forma de conhecimento cristalizado no singular (GENRO FILHO, 2012). Por sua vez, os códigos, valores, competências, e rotinas são causa e consequência do processo de institucionalização do jornalismo, marcado por disputas e condicionado por diferentes contextos nacionais e históricos (PONTES, 2015). São a substância da identidade profissional, que reivindica autonomia e legitimidade social.

Se a legitimação é objetivo-meio, o objetivo-fim das iniciativas jornalísticas está estreitamente relacionado a um projeto econômico e ético-político determinado. Os produtos jornalísticos detêm valor-de-troca, são mercantilizados e propiciam lucros aos donos dos meios de produção e circulação. Ao mesmo tempo, por ser uma forma de conhecimento e pressupor uma relação subjetiva com o mundo, o jornalismo pode veicular ideologias, ou seja, ideias que são incorporadas e justificam determinadas práticas do sujeito e da sociedade (PONTES, 2016). São ideias que podem se vincular, de maneira contraditória e não mecânica, a diferentes posições ético-políticas.

Essas características fazem com que o campo social do jornalismo seja marcado pelo tensionamento com outros campos sociais, especialmente o econômico e o político. Ainda que se reivindique autonomia

e se propague o horizonte ético de zelo pelo interesse público, o campo jornalístico está atravessado pela economia política, que determina os graus de autonomia e de heteronomia em cada contexto determinado.

No entanto, essas mesmas características exigem dos atores sociais um complexo arsenal de intervenções táticas (que se expressam nas escolhas de apuração, enquadramento, linguagem, edição) para a cobertura diária dos acontecimentos. O conhecimento jornalístico se cristaliza no singular, mas seu sentido só é dado por um contexto de mediações particulares (GENRO FILHO, 2012). Nesta relação dialética são projetados conteúdos universais, podendo ter função ideológica. O jornalismo, então, pode significar os fatos sociais a partir de uma abertura de sentido intrínseca ao fato social (PONTES, 2016). Isso faz com que cada notícia seja espaço de disputa, conscientemente ou não. Ou, de maneira estrutural, que o consenso profissional e as condições de trabalho sejam constantemente tensionados para determinar a produção jornalística sobre o mundo cotidiano, cumprindo, em maior ou menor grau, a função estratégica estabelecida pelos atores sociais que atravessam o campo.

Acontece que, muitas vezes, e especialmente em contextos de crise, essas intervenções táticas podem ultrapassar as convenções que legitimam socialmente o campo jornalístico, expondo os projetos ético-políticos de interesses estratégicos particulares (GADINI, 2016). Nestes momentos, em que a legitimidade do jornalismo como um todo é abalada, é que as alternativas podem avançar, procurando ocupar as altas

posições do campo tradicionalmente ocupadas pela mídia corporativa.

Singularidade do jornalismo

Para Genro Filho (2012, p.32), o jornalismo informativo moderno é o produto mais típico da conjunção entre um “novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo” e os “meios industriais de difundir informações”. O jornalismo informativo supera dialeticamente suas fases puramente mercantis e ideológicas, devido a uma necessidade social nova surgida com essas mudanças estruturais da sociedade. “Não se trata mais de uma questão estritamente econômica ou estritamente política, mas de uma sociedade cujas relações sociais – em virtude do movimento econômico e político que a transformou carecem de informações de natureza jornalística” (GENRO FILHO, 2012, p. 113). Nas duas fases predecessoras, os jornais estão relacionados a necessidades fundamentalmente burguesas (econômicas e políticas); na fase moderna, como conhecemos hoje, trata-se de uma atividade que, ainda que incorpore os momentos anteriores, passa a suprir uma “[...] carência ontológica da complexidade e integração universal que se constitui a partir do capitalismo” (PONTES, 2016, p. 156).

Neste contexto determinado, o jornalismo informativo inaugura um novo tipo de apropriação simbólica da realidade, uma forma específica de conhecimento social (GENRO FILHO, 2012, p. 32). Por isso, assim como a arte e a ciência, o jornalismo ultrapassa o contexto particular do modo de produção em que foi gerado. São práticas que são “[...] incorporadas historicamente como novas modalidades de apro-

priação subjetiva do mundo e transcendem o modo de produção que está na sua origem" (GENRO FILHO, 2012, p. 186). Ainda que possa ser mercantilizado como valor de troca, o conhecimento jornalístico detém um "[...] valor de uso, uma universalidade enquanto atividade imprescindível aos homens e mulheres na contemporaneidade" (PONTES, 2016, p. 156).

Esse conhecimento está fundamentalmente caracterizado pela prioridade da categoria *singularidade*, em relação à particularidade e à universalidade. O singular é o fenômeno único, irrepetível, efêmero, imediato: a forma do novo. Conforme Genro Filho (2012, p. 52), "[...] o aspecto central desse gênero de conhecimento é a apropriação do real pela via da singularidade, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica". Isso faz com que o jornalismo se diferencie da forma de conhecimento produzida pela ciência, que ao contrário, busca dissolver os fenômenos singulares em esquemas teóricos universais. De acordo com Pontes (2015, p. 326), enquanto, para Genro Filho, "[...] a ciência trabalha para reconhecer os processos universais de um conjunto de fenômenos (a lei, o conceito), o jornalismo informativo volta sua atenção para produzir a singularidade, buscando reconstituir o fenômeno ao modo como apareceu" (PONTES, 2015, p.326).

Afirmar que a notícia é uma forma de conhecimento *cristalizado no singular* (GENRO FILHO, 2012) não significa dizer que a particularidade e a universalidade sejam neutralizadas. Como explica Pontes (2015, p. 327), "[...] a singularidade constitui um complexo de elementos que não está isolado das mediações possibilitadas pela particularidade e, muito menos, desconectada com a história do desenvolvimento do

ser social e da projeção da universalidade do gênero". É por ter o potencial de conectar as determinações de um evento singular que o jornalismo pode ser considerado uma forma de conhecimento.

Para Genro Filho, o jornalismo chama a atenção do público para a imediatividade e objetividade do fenômeno com vistas a integrá-lo a uma particularidade de mediações. Ao fazê-lo, ideologicamente toma posições, porém sem retirar o caráter fenomênico do fato social que reporta, mantendo, portanto uma margem de liberdade para o leitor traduzir e realizar as mediações para seu cotidiano. Por isso, o jornalismo não tem por tarefa apenas repetir o fenômeno, mas de reconhecer o quadro de particularização possível em que esse fato social é produzido e será consumido pelo público. Ao dar subsídios, com base na contradição entre a singularidade da manifestação do fato e a particularidade em que foi engendrado, o jornalista pode fazer dessa tensão uma notícia com maior potencial de esclarecimento. (PONTES, 2015, p. 326).

O jornalista tem no seu trabalho subjetivo a possibilidade de dar sentido aos fatos sociais. Mas não retira, pelo contrário, busca reconstituir a face fenomênica (objetiva) do fato social transformado em notícia. Conforme Genro Filho (2012), esta relação objetivo-subjetivo está na essência do jornalismo. Sob a perspectiva da produção da notícia, o processo de significação está determinado tanto pela objetividade do evento em sua relação com a totalidade social quanto pelas relações construídas pelo próprio sujeito jornalista ao interpretar e escrever.

Se o fato jornalístico depende da subjetividade aplicada do jornalista, a questão do posicionamento desta categoria profissional no mundo, de seus códigos comuns compartilhados, será uma das determi-

nantes desse trabalho intelectual. “Ou seja, estamos falando que o ato de conhecer pressupõe escolhas dentro de um conjunto de possibilidades objetivas e que essas escolhas estão vinculadas ao projeto político e ideológico do jornalista” (PONTES, 2015, p. 368). O problema é que essas escolhas estão internalizadas em uma prática normalmente reificada e não mediada pela teoria, que forma um senso comum da profissão funcional à reprodução do sistema. Os jornalistas costumam assumir para si, espontaneamente, o projeto ideológico dos patrões e das classes dominantes em geral. Há também evidentemente a intervenção direta e coercitiva de interesses políticos e econômicos. E, por fim, as próprias condições estruturais de trabalho, que restringem a capacidade de se buscar as mediações envolvidas em cada evento, diminuindo a possibilidade de conhecimento na notícia e aumentando as chances de pura reprodução do senso comum.

Mas o que afirma Genro Filho (2012) em boa parte de sua obra é que a aproximação à realidade (presente nos códigos da profissão) tem o potencial latente de desvelar as contradições da estrutura social frente à ideologia dominante. Assim, a natureza do jornalismo, ainda que possa servir de reprodução do *status quo*, carrega essa potencialidade crítica e revolucionária, que pode ser aflorada em determinados momentos ou contextos, especialmente em momentos de crise do capitalismo e de ascenso das lutas sociais. Para Genro Filho (2012, p. 187), as singularidades em que se manifestam os fenômenos sociais tendem a “[...] expressar cada vez com mais rigor e evidência as contradições fundamentais da sociedade”; além disso, há “[...] contradições (embora não

antagônicas) entre a ideologia pequeno-burguesa dos setores assalariados ligados ao trabalho intelectual, como os jornalistas, e os interesses políticos do capital monopolista, reproduzindo visões diferenciadas e percepções críticas dos fenômenos sociais". E, por fim, Genro Filho (2012) destaca também como a recepção do conteúdo jornalístico pode ser transformada criticamente em determinadas conjunturas:

Finalmente, em virtude do aguçamento das contradições globais do modo de produção capitalista, das lutas econômicas que surgem espontaneamente e das lutas políticas promovidas conscientemente pelas vanguardas, aumenta a capacidade crítica das massas em geral e do proletariado em particular. Isso proporciona uma possibilidade maior de apreensão das conexões que o jornalismo burguês procura obscurecer ou distorcer (GENRO FILHO, 2012, p. 188).

É precisamente neste momento que a mídia corporativa costuma restringir a produção jornalística, intervindo mais diretamente no enquadramento e no agendamento, e até deliberadamente manipulando os eventos sociais conforme seus interesses estratégicos. Aqui então finalmente retornamos à questão da legitimidade das instituições jornalísticas. Na medida em que essas modalidades de controle dos meios tradicionais são expostas ao público, hoje especialmente pelas possibilidades das novas tecnologias, o jornalismo tende a ser mais questionado. Não só o público em geral, mas os próprios profissionais jornalistas, ao perceberem esse movimento de seus padrões, podem passar a questionar a ideologia da "objetividade jornalística". Torna-se mais visível a interferência da economia política e a heteronomia do campo, ainda mais considerando a crescente concentração dos

meios de comunicação nas mãos de poucas famílias e corporações globais. Soma-se a isso outros fatores determinantes para a crise atual do jornalismo, em especial as transformações tecnológicas que reconfiguram o papel do “público”, tornando-o mais ativo e possibilitando a produção de conteúdos que passam por fora do sistema tradicional de mídia.

Legitimidade e autonomia

Ao analisar a crise do jornalismo brasileiro, Sérgio Gadini (2016) sustenta sua explicação nas chamadas “inversões funcionais” operadas pela mídia: em vez de mediar a vida pública, passa a exercer propaganda de interesses privados, assumindo papéis que caberiam tradicionalmente aos partidos políticos. Motivadas por uma conjuntura de crise política, essas “inversões” podem ser consideradas intervenções táticas vinculadas a uma estratégia político-econômica que notadamente rompe com os princípios do jornalismo convencionados socialmente. Como aponta Genro Filho (2012, p. 150), em momentos de estabilidade política o jornal burguês “[...] patrocina uma forma específica de conhecimento da realidade social”, mas em contexto de crise costuma se tornar “abertamente propagandístico ou organizativo”.

Em outras palavras, em momentos de crise política e de necessidades econômicas agudas, o conglomerado midiático brasileiro coloca em risco sua legitimidade jornalística. Sendo controlado por uma elite empresarial brasileira em estreita relação com corporações globais, o aparato midiático é mobilizado para intervir nos rumos da política, no sentido da conservação da estrutura desigual que funda nosso país e, no específico, da manutenção dos privilégios rece-

bidos do Estado. Estes contextos de instabilidade, e de incertezas, exigem fixações ideológicas mais rígidas; mais senso comum e menos conhecimento do real nas notícias. Ou seja, menos correspondência tanto com a “essência” do jornalismo, a reconstituição mediada do fenômeno singular, quanto com sua “aparência” representada pela “ideologia da objetividade”.

Ao discutir a relação do jornalismo com a economia e a política, Patrick Champagne (2005) dá outros elementos para a discussão de legitimidade. Ele afirma (2005, p. 58) que a legitimidade, acumulada coletivamente pelos jornalistas ao longo da história, é a base sobre a qual o campo midiático sustenta seu poder imanente de “consagração”: poder de dizer quem e o que é importante, e sobre o que se deve pensar. Mas, para ele, são dois os princípios de legitimidade: o intelectual e o da economia política, que se enfrentam na definição da profissão ideal e expõe uma dualidade fundante da profissão.

O primeiro está relacionado ao rigor propriamente jornalístico e à autonomia frente às forças econômicas e político-partidárias. Ainda que em outros termos, o princípio intelectual está ligado à discussão do jornalismo como forma de conhecimento que abordamos anteriormente. No caso da França, Champagne (2005, p. 58-61) cita como exemplo o editor-chefe do jornal *Le Monde*, que rejeitava os “furos” e tinha como questão de honra a exatidão de cada informação factual. Este rigor moral e intelectual rendeu ao jornal grandes lucros simbólicos que o tornaram rapidamente a publicação dos círculos de alta influência, mesmo que devido às relativamente baixas circulação e receitas publicitárias, o jornal tenha dificuldade na busca de modelos alternativos de gestão financeira

(CHAMPAGNE, 2005, p. 59). Para Champagne (2005, p. 51, tradução nossa), justamente “[...] a maior contradição dentro da operação do campo jornalístico reside no fato de que as práticas jornalísticas que melhor se conformam aos códigos de ética do jornalista são muitas vezes simplesmente não rentáveis”¹.

Já o princípio da economia política, segundo Champagne (2005, p. 59), está personificado nos âncoras dos telejornais do horário nobre. A legitimidade destes profissionais está assentada não necessariamente na qualidade jornalística, mas na capacidade de influência da opinião pública e de retorno financeiro à empresa, devido às grandes audiências diárias. Ao contrário do princípio intelectual, o tamanho da audiência é determinante para a legitimidade. A influência da economia política é mais facilmente reconhecida.

O poder deles não reside na qualidade intrínseca do trabalho jornalístico, já que eles são em essência “mídia pick-up” - eles essencialmente pegam histórias originalmente cobertas pela mídia impressa e as reembalam ao adicionar vozes e imagens. O poder específico deles reside na influência que podem ter em um público que é praticamente coextensivo a toda população, ou seja, na contribuição decisiva que eles dão para criar opinião pública (CHAMPAGNE, 2005, p. 29 tradução nossa).

Conforme Champagne (2005, p. 59-60), ainda que os dois princípios respondam a critérios específicos de legitimação jornalística, estão profundamente

¹ The major contradiction within the operation of the journalistic field lies in the fact that the journalistic practices that best conform to journalists' ethical codes are very often simply not profitable" (CHAMPAGNE, 2005, p. 51).

relacionados e não podem se anular. Nem o âncora do telejornal passa isento do julgamento profissional, nem o editor-chefe de um jornal reconhecido pode ignorar os imperativos da circulação e financiamento. Ambos universos antagonistas acabam por ser de alguma forma conciliados. "Uma empresa jornalística de sucesso econômico também procura sempre sucesso jornalístico, ou seja, intelectual. E se alta circulação não faz um grande jornal, baixa circulação é sempre percebida como fracasso" (CHAMPAGNE, 2005, p. 57, tradução nossa)².

Champagne (2005, p. 60) ainda reconhece que a polarização entre "imprensa séria" e popular não é nova e remonta conflitos do século passado entre, por exemplo, o *Times* e o *Post* nos Estados Unidos (SCHUDSON, 2010). O que ele quer enfatizar é que a emergência da televisão nos anos 1970 alterou e segue alterando profundamente essa relação, concentrando muito mais poderes simbólicos ao jornalismo audiovisual do que tivera a imprensa popular, de alta circulação, um dia. A "imprensa séria" está cada vez mais subordinada e condicionada às escalas de agendamento entre as próprias mídias, especialmente à rede nacional de televisão em última instância, que concorre agora nas altas posições de prestígio do campo. Nesse sentido, ainda que a internet tenha provocado mudanças enormes no campo jornalístico e midiático e que as emissoras de TV assistam suas audiências caírem a cada ano, parece-nos que esse tipo de interagendamento segue com força no Brasil.

² "An economically successful journalistic enterprise always also seeks properly journalistic, which is to say intellectual, success. And if large circulation does not always make a great newspaper, poor circulation is always perceived as failure" (CHAMPAGNE, 2005, p. 57).

A centralidade do cenário midiático e a forma como operou, neste caso de forma coordenada, a grande mídia nacional (do impresso à TV) no processo de golpe em curso são exemplares. As notícias foram ganhando valor e eficácia política na medida em que foram incorporadas pelo noticiário televisivo. Ao mesmo tempo, uma questão aqui seria questionar o quanto a imprensa brasileira é "séria", ou melhor, o quanto de sua legitimidade está realmente sustentada pelo princípio intelectual e pelo rigor jornalístico; ou se seu prestígio está também na ordem da economia política, em franca complementaridade e não concorrência com a lógica comercial televisa, ao contrário do exemplo francês de Champagne (2015).

Cabe ressaltar que o princípio intelectual descrito por Champagne (2015) não está relacionado à posição ideológica do jornalista ou do jornal. Não está determinado pelo projeto ético-político, mas pelo compromisso com o singular e pela adesão aos códigos deontológicos mais ou menos institucionalizados. Como demonstrou Genro Filho (2012), a notícia permite abertura e adesão de diferentes sentidos ideológicos, conforme as particularidades que mediarão o singular e o universal, e dependendo do contato estabelecido com os valores próprios do leitor. Isso coloca que um jornal pode se legitimar "intelectualmente" (o que não é suficiente por si só) com uma linha editorial conservadora, liberal, progressista e até revolucionária, desde que a hierarquia dos eventos seja regularmente respeitada e o singular não seja dissolvido.

De todo modo, essa dualidade nos caminhos de acúmulo de prestígio na profissão é fruto da tensão entre autonomia e heteronomia que atravessa o

campo. O jornalismo vive pressionado por outras forças, em especial dos campos político e econômico. Champagne (2005, p. 49, tradução nossa) resume bem: "Para parafrasear uma expressão conhecida, muitos atores sociais, especialmente aqueles que pertencem às várias frações da classe dominante, pensam que a imprensa é assunto sério demais para ser deixado aos jornalistas"³. Para o autor, os jornalistas estão condenados estruturalmente a produzir sob constrangimentos políticos e/ou econômicos, ou seja, o grau de autonomia, ainda que reivindicado, será sempre reduzido. Essa dupla dependência é causa da crise endêmica e do mal-estar que afetam grande parte dos jornalistas de tempos em tempos, como o que vivemos agora.

No entanto, tratando-se da atividade jornalística em "regimes democráticos", Champagne (2005, p. 52) acredita que o campo econômico seja o mais determinante para a heteronomia atualmente, já que o Estado, ao contrário de outras épocas, não intervém ou controla diretamente os meios. A censura então é muito mais econômica – e invisível – do que política e escancarada. Isso começando pelo fato de que "[...] os jornais eles mesmos são companhias econômicas e assim diretamente objeto das leis da economia que frequentemente entram em conflito com os imperativos da produção intelectual"⁴ (CHAMPAGNE, 2005, p. 52, tradução nossa).

³ "To paraphrase a well-known expression, many social actores, especially those who belong to various fractions of the dominant class, think that the press is too serious a matter to be left to journalists" (CHAMPAGNE, 2005, p. 49)

⁴ "Newspapers themselves are economic enterprises and are thus directly subject to economic laws which often come into conflict with the imperatives of intellectual production" (CHAMPAGNE, 2005, p. 52)

Para Champagne (2005) a questão passa pelo seguinte problema: o jornalismo autônomo não se paga; logo, para ser viabilizado termina por recorrer ou ao mercado e à lógica do campo econômico, ou ao Estado e à lógica do campo político, perdendo em ambos os casos a autonomia inicial desejada. Ou seja, o jornalismo existe em uma dupla dependência estrutural. Nesse sentido, um estudo comparado sobre a autonomia dos campos da ciência e da arte poderia enriquecer a análise sobre o jornalismo.

Um trabalho empírico que trata dessa tensão no campo jornalístico é apresentado por Eric Darras (2005). Ele coloca a questão em outros termos. Não há autonomia do jornalismo porque ele está contido dentro, de maneira subordinada, do campo político. Darras (2005) analisa a lógica de convite em programas de entrevista política na França e nos Estados Unidos. A conclusão de Darras (2005, p. 158), ao contrário de Champagne (2005), é de que há "uma subordinação estrutural" do campo jornalístico ao campo *político* (e não econômico). O autor mostra que, ainda que interfiram, os critérios jornalísticos são completamente insuficientes para evitar que os convidados, na verdade, sejam escolhidos pelo próprio campo político a partir das posições que ocupam nele.

Na diferenciação entre o peso dos campos econômico e político que propõe os autores não se nega a *economia política* como tal. O objetivo é esclarecer sobre aspectos específicos da economia e da política enquanto campos sociais, que também se entrelaçam, mas carregam lógicas próprias. A subordinação estrutural ao campo consiste então na "imposição de fronteiras políticas, hierarquias, nomeações e estados

de ânimo na mídia"⁵ (DARRAS, 2005, p. 169, tradução nossa). Como exemplo, Darras (2005) cita o caso da privatização do canal público francês TF1, em 1986, de maior audiência no país até hoje. Segundo o autor, a lógica dos convidados políticos não teve mudanças significativas com a mudança da estrutura de financiamento pois as regras do campo político se sobrepõem.

Darras (2005) indica que não só a presença de convidados expressa a lógica da política, mas também as ausências nos programas são decisões estratégicas dos atores sociais. Executivos do topo de multinacionais, militares de alta patente e juízes da alta corte, por exemplo, raramente são fontes em programas políticos, ainda que detenham muito mais poder fático do que boa parte dos parlamentares. A exposição na televisão de atores políticos superestima sua capacidade de alterar o rumo das coisas e esconde a fonte de exercício real do poder, reforçando o senso comum (DARRAS, 2005, p. 160).

Uma das explicações para a persistência dessa completa heteronomia do campo jornalístico em relação ao político, segundo Darras (2005) é a internalização prática dos valores das classes dominantes nos jornalistas expressos pela "ideologia da objetividade". Esse *habitus* estrutural é tão forte que faz com que muitos profissionais fortaleçam fontes dominantes da política mesmo a seu contragosto político-ideológico (DARRAS, 2005, p. 164). Os jornalistas assumem para si as representações de importância dadas às instituições políticas pelo próprio campo político. "A Ordem jornalística está inserida na Ordem política, e assim é

⁵ "The imposition of political frontiers, hierarchies, nominations, and moods on the media" (DARRAS, 2005, p. 169)

Ordenada sem a necessidade de ordens"⁶ (DARRAS, 2005, p. 165, tradução nossa).

Isso significa que, na tensão entre autonomia e heteronomia do campo jornalístico, entre o princípio intelectual e o da economia política, os valores compartilhados pelos profissionais (senso comum, ideologia; doxa, habitus) em cada contexto sócio-histórico são determinantes. Sendo assim, da mesma forma que o jornalismo pode ser considerado uma forma de conhecimento – uma maneira de não se limitar às aparências mas buscar conexões que se aproximem da essência dinâmica do real – deve haver também um conhecimento específico que eleve o trabalho jornalístico. A conexão entre prática e teoria, portanto formação profissional, é imprescindível para elevar o prestígio do campo em busca de mais autonomia; assim como condições de trabalho que permitam o exercício da prática intelectual e organização coletiva para resistir às tentativas mais diretas de controle, especialmente em tempos de crise, vindas tanto do mercado quanto do Estado.

Jornalismo e Democracia

Mas, quão autônomo o jornalismo deveria ser? É a pergunta provocativa de Michael Schudson (2005). O autor relata que, motivados por um senso prático de sua autonomia, os jornalistas estadunidenses têm lutado historicamente contra interferências do mercado do estado, e obtido relativo sucesso. Entretanto, a partir da observação de Bourdieu de que a autonomia de um campo pode significar um fechamento em si na defesa de interesses corporativistas, Schud-

⁶ "The journalistic Order is inserted within the political Order, and thus is Ordered without any need for orders" (DARRAS, 2005, p. 165).

son questiona até que ponto deve ir a autonomia do jornalismo para não se fechar de forma egoísta. Em outras palavras, a sociedade deve confiar somente aos jornalistas a tarefa de julgar as notícias e blindá-los de qualquer influência do mercado e do Estado? Para Schudson (2005, p. 219, tradução nossa), “sem estas poderosas pressões externas o jornalismo pode terminar se comunicando somente de si para si”⁷.

Schudson (2005) destaca que mais autonomia para o campo não significa mais poder de livre expressão para os sujeitos jornalistas, já que o senso de julgamento das notícias é produto das relações do campo como um todo, não arbitrariamente definido por cada indivíduo. Isso faz com que a possibilidade de um grupo de profissionais blindado além do Estado e do mercado não seja necessariamente boa para o interesse público. “Sem dúvida, os jornalistas estão certos que os controles comerciais e governamentais são corrupções que devem ser fortemente evitadas”, afirma Schudson (2005, p. 219, tradução nossa), que por outro lado, atenta que a conformidade à opinião de um único grupo voltado para si também é prejudicial⁸. Considerando que o jornalismo não tem desenvolvido um sólido e sistemático esquema para se autoavaliar e autorregular possíveis desvios, a completa autonomia não poderia significar o isolamento, quase como uma “seita” de razões próprias, da sociedade? (SCHUDSON, 2005).

⁷ “Absent these powerful outside pressures, journalism can wind up communicating only to itself and for itself” (SCHUDSON, 2005, p. 209).

⁸ “No doubt, journalists are right that commerce and government control are the corruptions they should most strenuously avoid, but the corruption of conformity to a climate of opinion in a group can be serious and damaging in its own right” (SCHUDSON, 2005, p. 219).

Para Schudson (2005), o que mantém o trabalho do jornalismo vivo é seu caráter público, que se desenvolve em ambientes não autônomos: o fato de que eles estão diariamente ou semanalmente expostos à crítica vinda de suas fontes (do campo político) e do público (de quem a desaprovação pode significar perdas econômicas via consumo). Essa balança centraria o papel do jornalismo para a sociedade. Schudson (2005) afirma que a real *dependência* do campo jornalístico não é nem com o Estado nem com o mercado, mas com os eventos imprevisíveis do cotidiano que nem Estado nem mercado podem totalmente controlar ou antecipar, ao menos inicialmente. Aqui evidentemente pode ser traçado paralelo à teoria da notícia como forma de conhecimento cristalizado no singular. Como expomos, a emergência do singular é indeterminada de sentido, que é constituído conforme é apreendido pela sociedade. Por outro lado, o jornalismo toma contato com a singularidade já contida em fatos dotados de sentido socialmente. Assim, no cotidiano, há eventos imprevisíveis e relativamente indeterminados mas também eventos estrategicamente pré-fabricados, por interesses diversos, para serem capturados pelos jornalistas como notícia.

O jornalismo, para Michael Schudson (2005, p. 220, tradução nossa) é caracterizado pela “circulação primária de sentidos na sociedade, o reino no qual as ideias e valores de outros campos e outras vêm à mesma página diante de uma vasta variedade de leitores e espectadores”⁹. Isso o coloca no papel de mediador na sociedade, por isso o autor acredita que:

⁹ “the primary circulator of meanings in society, the realm in which the ideas and values of other fields and other lands come to the same page before a wide array of readers and viewers” (SCHUDSON, 2005, p. 220)

Um democrata não deveria querer que o jornalismo fosse autofechado e separado de pressões externas como é a matemática ou a poesia. Pelo menos na visão Americana [estadunidense] do jornalismo, que compartilho, não se supõe que o jornalismo seja um conjunto de pensadores individuais e exploradores em busca da verdade mas um conjunto de comunicadores ativos e atentos que tentam manter a sociedade conectada a si mesmo. (SCHUDSON, 2005, p. 220, tradução nossa)¹⁰.

Certo grau de dependência em relação ao “mercado” significaria uma dependência necessária do “público” que consome e financia direta ou indiretamente o jornal; e certo grau de dependência ao Estado seria um imperativo para cumprir a tarefa dos jornalistas de relacionar os cidadãos com os governantes eleitos por eles, dentro das premissas democráticas (SCHUDSON, 2005, p. 221).

Em resumo, para Schudson (2005, p. 221), só podemos ficar tranquilos com a autonomia do jornalismo se isso significar um campo plural, relativamente vulnerável a intervenções de fontes governamentais, à competição no “mercado” e às surpresas dos eventos diários; características que garantem que as notícias não sejam “prisioneiras de uma elite profissional provinciana”. A autonomia jornalística não pode ter valor intrínseco; quando conflita com as “melhores práticas da democracia” deve ser desafiada (SCHUDSON, 2005, p. 222).

¹⁰ “A democrat should not want journalism to be as self-enclosed and separated from outside pressures as mathematics or poetry. At least in a American view of journalism, that I share, journalism is not supposed to be a set of individual thinkers and explorers in search of truth but a set of energetic and thoughtful communicators who try to keep a society attuned to itself” (SCHUDSON, 2005, p. 220).

Sem dúvida o texto de Michael Schudson (2005) aponta questões centrais para o campo jornalístico, muitas vezes ignoradas no senso comum da profissão, a saber, a relação inevitável de um projeto de jornalismo com um projeto de sociedade. No caso de Schudson, seus princípios políticos se assentam na tradição liberal do pluralismo democrático norte-americano.

A relação entre jornalismo, democracia e interesse público é consensual no senso comum da profissão e na grande maioria dos códigos de ética. Assim como “liberdade de imprensa”, a ideia de “democracia” faz parte da incorporação da ideologia liberal-democrática ao senso comum das sociedades ocidentais, formando um “imaginário igualitário” (LA-CLAU; MOUFFE, 2015). São noções que apresentam sentidos abertos e em disputa devido à contradição entre igualdade formal e real. Se, como apontam Laclau e Mouffe (2015, p. 248), “a aparência reinante de igualdade e a democratização cultural que é consequência inevitável da ação da mídia permitem o questionamento de privilégios baseados em formas mais antigas de *status*”, trata-se de avaliar a posição do jornalismo enquanto conservação da democracia liberal atual ou tensionamento por uma democracia radical que coloque em cheque as desigualdades socioeconômicas e culturais que sustentam a democracia liberal.

Isso faz com que as alternativas ao jornalismo reflitam sobre as estratégias de disputa por legitimação dentro do campo. É preciso lidar com os códigos compartilhados que legitimam o jornalismo moderno em cada contexto sócio-histórico, além de sua própria natureza de dependência dos eventos cotidianos. Além disso, hoje, especialmente, precisam ser

consideradas não apenas as falhas e as brechas da mídia corporativa, mas todo o rol de transformações sociais, culturais, econômicos e tecnológicas que incidem sobre o jornalismo. Quer dizer, se foram mudanças estruturais na sociedade que fizeram emergir a necessidade do jornalismo informativo, tem de ser analisadas como as transformações atuais reconfiguram dinamicamente essa necessidade.

Para transformar um campo social é preciso participar dele e não se resignar com baixas posições. Para esse fim, por exemplo, o jornalismo organizativo e doutrinário¹¹ deve ser descartado, pois além de estar desconectado dos princípios compartilhados que fazem do jornalismo informativo a instância primária de circulação de sentidos na sociedade, abre mão da possibilidade da notícia enquanto forma de conhecimento. A notícia, em “sua lógica intrínseca de perseguir o singular e expressar sua significação imediata”, reflete a hegemonia da ideologia dominante, mas ao mesmo tempo “expressa também as contradições com as quais ela se debate, à medida que é obrigado a respeitar certa hierarquia objetiva dos fenômenos” (GENRO FILHO, 2012); ou seja, carrega também o potencial de questionar a igualdade formal que garante a desigualdade real.

¹¹ Cabe a ressalva de que não há polarização essencial entre jornal de partido (organizativo e panfletário) e “tradicional”; mas justamente o contrário, que cada opção editorial traz características específicas e se insere em formulações estratégicas que devem variar conforme a conjuntura e podem obviamente coexistir. A esse respeito, ver Genro Filho sobre as teses de Lenin do jornal enquanto organizador coletivo (2012, [1987], p. 42). Outros casos de impasses estratégicos e de divergências táticas de disputa dentro da imprensa alternativa podem ser encontrados na obra *Jornalistas e Revolucionários*, de Bernardo Kucinski (1991).

Considerações finais

Em um cenário de crise financeira e de legitimidade, em que as corporações jornalísticas tradicionais são pressionadas pela indústria do infotelentretenimento e pela intervenção crescente de grupos políticos na pauta pública, a profissão jornalística (em sua dimensão deontológica, técnica e intelectual) está diante de um esboroamento de suas peculiaridades funcionais e críticas.

A explicação oferecida pela bibliografia dos campos sociais, aliada à análise teórica dos potenciais do jornalismo colocam-nos em uma perspectiva frente às distopias e possibilidades do campo jornalístico. Quer dizer, em uma sociedade como a brasileira, em que a democracia está fragilizada, a política fechada nos interesses de suas próprias convenções e hierarquias, e os atores econômicos liberalizados de seu papel para com grande parte da população excluída, o jornalismo não está em condições de estabelecer heteronomia aos moldes propostos por Schudson (2005). Trata-se de uma heteronomia perversa, de colonização de interesses privados e políticos exacerbados pelo papel de espetacularização da mídia. O trabalho jornalístico se converte em objeto de interesses que lhes são alheios, peça da engrenagem capitalista, alienado de suas dimensões potenciais e libertadoras.

A pressão sobre os jornalistas na mídia hegemônica é tão evidente e forte, que espaços alternativos surgem como possibilidade não somente de questionamento do contexto político e democrático, mas como formas de recuperação de elementos básicos e muitas vezes mínimos do jornalismo. Entender o surgimento de arranjos jornalísticos fora da grande mídia, para

além de vários fatores explorados pela literatura, deve considerar as conexões no campo jornalístico e suas relações com os campos econômico e político. Nesse aspecto os conceitos de legitimidade e autonomia, como trabalhados neste texto, ajudam na problematização e contextualização da crise do jornalismo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field. In: In: BENSON, R.; NEVEU, E. (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Malden, Cambridge: Polity Press, 2005, p. 29-47.

CHAMPAGNE, P. The "double dependency": the journalistic field between politics and markets. In: BENSON, R.; NEVEU, E. (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Malden, Cambridge: Polity Press, 2005, p. 48-63.

DARRAS, E. Media consecration of the political order. In: BENSON, R.; NEVEU, E. (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Malden, Cambridge: Polity Press, 2005, p. 156-173.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: Por uma Política Democrática Radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

PONTES, Felipe S. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

PONTES, Felipe S. O conceito de ideologia na teoria do jornalismo de Adelmo Genro Filho. In: **Galaxia**. São Paulo, n. 32, p. 151-162, ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016223601>

SCHUDSON, Michael. Autonomy from what? In: BENSON, R.; NEVEU, E. (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Malden, Cambridge: Polity Press, 2005, p. 214-223.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 143-226.